

## I ENANPARQ

Simpósio Temático 'Historiografia da Arquitetura I e II: métodos, objetos e narrativas'

Título: Intercontinentes Disciplinares – da transgressão historiográfica de limites disciplinares – o caso José Bonifácio

Autor: Mário Luis Carneiro Pinto de Magalhães

Titulação: Doutorando PROURB-FAU-UFRJ

### Resumo

Este artigo explora alguns desafios colocados pela fragmentação dos saberes e avança possíveis formas de enfrentá-los, tendo por base reflexões decorrentes de pesquisa monográfica sobre José Bonifácio. Visando extrapolar o caso específico, buscamos explicitar referenciais, abordagens, métodos e categorias, no elogio da historiografia como estratégia para a transgressão de limites disciplinares.

O caso de José Bonifácio, ele mesmo uma figura transgressiva, apresenta um quadro de reiteirados elementos em desacordo com limites disciplinares, uns mais específicos que outros. Das categorias temporais como a *periodização* às categorias dos sujeitos históricos como *atores*, passando por noções como *campo* e *condições de possibilidade*, até a própria idéia de *biografias intelectuais* - cada um destes nos coloca, a sua própria maneira, os limites disciplinares como problema.

O que significa escrever uma história do urbanismo para além das fronteiras históricas da disciplina em si? Quão fino é o olhar sobre os gestos e poéticas dos homens que estudamos, ou ao contrário, em que leniência os esquematizamos? Quão viesados são as visadas quando cada saber contemporâneo compete com historiadores *stricto sensu* pela escrita de sua própria tradição como fragmento da história da ciência? E num saber como o urbanismo, nascido já como campo interdisciplinar, quais são os critérios de clivagem e qual o papel dos arquitetos urbanistas na escrita de sua própria tradição disciplinar?

palavras-chave: historiografia, urbanismo, José Bonifácio

## **Abstract**

This paper explores some challenges brought forth by the fragmentation of knowledge and proposes ways to face them based on a monographic research of José Bonifácio. Going beyond that specific case though, we aimed to address references, approach, methods and categories in praising historiography as a strategy toward the transgression of disciplinary boundaries.

The José Bonifácio case, he himself a transgressive individual, repeatedly presents elements in disagreement with the notion of disciplinary boundaries, some more specific than others. From temporal categories such as *periodization*, through the categories of historical subjects as *actors*, to notions such as *field* and *conditions of possibility*, all the way to the very idea of *intellectual biography* - each of these presents us, in their own ways, disciplinary boundaries as a problem.

What does writing a history of urbanism beyond its historical boundaries mean? How sensitive are we to the gestures and poetics of the people we study, or on the contrary, how leniently do we schematize them? How eschewed are the outlooks when each contemporary knowledge competes with *stricto sensu* historians for the writing of their own tradition as a fragment of the history of science? Finally, when it comes to urbanism, a knowledge born as an interdisciplinary field, what criteria do we employ and what part do architect-urbanists play in the writing of their own disciplinary tradition?

key words: historiography, urbanism, Jose Bonifacio

## **Intercontinentes Disciplinares – da transgressão historiográfica de limites disciplinares – o caso José Bonifácio**

### **Introdução**

“... José Bonifácio, em 1823, propõe a transferência da Capital para Goiás e sugere o nome de Brasília.”

“Brasília, capital aérea e rodoviária; cidade parque. Sonho arqui-secular do Patriarca.”

Lucio Costa, *Relatório do Plano Piloto de Brasília*, 1957.

Com estas duas menções à figura de José Bonifácio, Lucio Costa respectivamente inicia e termina seu celebrado relatório. Tal qual Lucio Costa, o nosso recurso a sua autoridade, a qual ainda goza entre os arquitetos e urbanistas atuais, dada sua centralidade na história do pensamento urbanístico brasileiro no sec. XX, estas duas citações tem nos servido de ‘abre-alas’ incontestáveis no estudo do ‘Patriarca’ como figura de uma tradição disciplinar urbanística brasileira. Contudo, como esta sua cultuada alcunha deixa claro, o lugar sedimentado de José Bonifácio na memória nacional está no campo político – ‘Patriarca’, o pai da nação – diretamente engajado nos meandros políticos do processo de independência nacional.

Consideremos por um instante que este recurso inicial a Lucio Costa, válido certamente, mas também retórico, escamoteia a pequena história da pesquisa, aplaina suas contendas e enfrentamentos. Há de se revelar, por exemplo, que Brasília sequer foi a chave de entrada na pesquisa sobre José Bonifácio. Faremos aqui, em confiança ao leitor, uma série de tais revelações, buscando não explorar os conteúdos em si da pesquisa monográfica, mas sim convidar ao exame dos debates que fizeram acompanhar o próprio desenrolar da pesquisa.

À pergunta ‘O que José Bonifácio tem a ver com urbanismo?’: ‘Nada’ pareceria a resposta correta, toscamente falando. Afinal, ele jamais se disse urbanista, jamais desenhou cidade, vila, aldeia ou assentamento que seja, não esteve a frente de qualquer administração local ou programa de formação de urbanistas.

## Entre categorias e períodos construídos

Talvez a situação de José Bonifácio como alguém estranho ao urbanismo pareça isolada, fruto sem dúvida de uma sua suposta excentricidade em relação ao urbanismo, quando entendido de modo bastante simplório. Contudo, José Bonifácio não está de forma alguma sozinho. Em se considerando todos aqueles que não se auto-denominaram urbanistas, isto nos coloca um sério problema. Conforme enveredamos mais distante no passado, para além de um consolidado campo disciplinar na maior parte do século XX, com o termo 'urbanismo' devidamente incluído no léxico e institucionalizado, mais além, para antes mesmo dos esforços inaugurais de Cerdá e sua 'teoria da urbanização', quais são os critérios de clivagem na hora de inscrever um certo personagem na listagem das figuras que constituem uma tradição disciplinar? Porque considerar um Senador Vergueiro?, um José Bonifácio?

Vale notar que esta questão levanta o problema de como a historiografia que circula nos meios de formação dos arquitetos-urbanistas tende a misturar história da (sobretudo dimensão material da) cidade e história do urbanismo, considerando figuras importantes do urbanismo, apenas aqueles que diretamente intervieram na dimensão material das cidades, afora as concessões àqueles que teorizaram sobre esta. Contudo, partimos do pressuposto entendimento de cidade como interação entre dimensão material e social, motivo pelo qual desconsideraremos *a priori* tais confusões; elas não nos permitirão avançar.

Trataremos sim de duas formas que adotamos para enfrentar a questão, relacionadas diretamente, mas que podemos considerar como dois níveis distintos de problematização. Primeiramente, o recurso a categorias consagradas, e bastante adiante a idéia da instabilidade dessas categorias, ou antes, entendidas estas como construções, a constante necessidade de sua atualização.

Consideramos como ponto de partida o texto já clássico de Françoise Choay, *O Urbanismo em Questão*, de 1965 e suas categorias. Encontramos ali dois blocos de autores, uns ditos 'urbanistas', outros ditos 'pré-urbanistas'. Seriam traços diferenciais dos 'urbanistas' em relação aos 'pré-urbanistas' serem especialistas, supostamente despolitizados, e adeptos de um saber aplicado, voltado a uma tarefa prática. Creio ser seguro afirmar que José Bonifácio não é um 'urbanista'. Todos os autores

relacionados como ‘urbanistas’ pela autora atuaram da segunda metade do século XIX em diante. Contudo, nos resta aberto o vasto campo dos ‘pré-urbanistas’, estes não-‘especialistas’, os quais se desdobram em atitudes ‘descritivas’ ou ‘polemistas’, sendo estes últimos movidos por “sentimentos humanitários: são dirigentes municipais, homens da Igreja, principalmente médicos e higienistas...” ou “pensadores políticos” (CHOAY, 1965), *voilà*, heis aí a lacuna para nosso personagem, uma lacuna já consolidada em relação a autores estrangeiros tidos como ‘reformadores sociais’.

Suficientemente ampla, a categoria dos ‘pré-urbanistas’ está ancorada no tempo e espaço das cidades (européias em particular) atingidas pelos abalos da revolução industrial, em pensadores que as estranham e cujo pensamento se moveria dentro de uma dimensão ‘utópica’. Desdobrados estes ‘pré-urbanistas’ em diversos grupos pela autora segundo a modalidade de relação com o tempo, passado VS futuro, ‘culturalistas’ VS ‘progressistas’, escapam a este macro-esquema dois grupos de figuras, então ainda pouco elaborados pela autora, “A crítica sem modelo de Engels e Marx” e “O antiurbanismo americano”. Estes dois grupos nos são indiciários da fragilidade da categoria ‘pré-urbanista’, cujos limites parecem extremamente frouxos e que exatamente coloca em xeque a idéia de um pensamento utópico que moveria o ‘pré-urbanismo’.

Ambos os casos são extremamente relevantes em relação ao pensamento de José Bonifácio. Segundo Choay, no pensamento de Engels e Marx “a perspectiva de uma ação transformadora substitui para eles o modelo”(CHOAY, 1965). Nossa interpretação indica que esta atitude compreende a *ponta de iceberg* de uma linhagem muito mais ampla dentro do pensamento de matriz alemã, onde primeiramente a ‘ação transformadora’ não era social e política, ao menos certamente não diretamente. Focada na idéia de *Bildung* (formação)<sup>1</sup>, pensadores como Goethe, Shiller, Humboldt e Fichte consideraram o indivíduo como o corpo inicial ao qual construímos. A partir desta construção de si mesmo, Fichte diria “O eu como obra de mim mesmo”<sup>2</sup> (FICHTE, 1794-5), dentro de uma visão totalizante empreenderíamos a construção das relações sociais e do mundo como um todo. De fato, em *A Regra e o Modelo* (CHOAY, 1980), sua obra de maior envergadura, posterior 15 anos ao texto que vínhamos debatendo, fruto de seu doutoramento no final da década de 1970, Choay

<sup>1</sup> Termo alemão de conceituação culturalmente arraigada, sem equivalente em tradução direta.

<sup>2</sup> “Das Ich as Werk meiner Selbst...” é a forma reduzida do princípio incondicional em seu *Grundlage der gesamten Wissenschaftslehre*, onde defende “das Ich, als absolutes Subjekt” (o eu como sujeito absoluto).

reconhecerá que em Marx: “A *Bildung* dos homens e de suas sociedades passa por aquela de seu espaço”<sup>3</sup> (CHOAY, 1980).

Estes autores a partir dos quais Marx formula seu pensamento, são familiares, quando não amigos diretos de Bonifácio durante sua viagem de formação na Alemanha, aluno de Kant, colega de classe de Alexander e amigo de Wilhelm von Humboldt, e apontam para aquele que foi de fato o ponto de partida desta pesquisa: a idéia de universidade em José Bonifácio, sua idéia de educação, de construção de indivíduos, cidadãos em particular, que é parte significativa das indeterminações no pensamento de Bonifácio. Atento e avesso aos sobressaltos das revoluções, seus projetos todos partilham de uma noção processual, construtiva, que cruza a escala dos indivíduos, sejam eles livres, escravos ou índios, às relações sociais e de organização física dos assentamentos no território, sem contudo fechar um quadro fixo, em tudo determinado.

Quando Choay identifica no pensamento de Marx e Engels a “supressão da diferença entre a cidade e o campo” (MARX, 1887)<sup>4</sup>, consolidada na imagem de ‘cidade-campo’ e diz que “ela corresponde ao momento da realização do homem total...” (CHOAY, 1965), encontramos aí diretamente o eco do pensamento do ‘homem antropológicamente pleno’ de Schiller (SCHILLER, 1795), tal qual nos votos de Bonifácio pela conciliação dos ‘Theóricos’ com os ‘Práticos’ na relação dos saberes citadinos em relação ao cultivo da natureza, presente por exemplo em seus projetos para jardins botânicos (BONIFÁCIO, 1819-21). Curiosamente, a autora pouco relaciona esta vertente com aquela outra do ‘antiurbanismo americano’, ao qual pouco consegue dar sentido, reduzido que fica a uma “restauração de uma espécie de *estado rural*”. Estranho à tradição europeia, reconhece, contudo, que “a época heróica dos pioneiros está ligada à imagem de uma natureza virgem”, instaurando uma “nostalgia da *natureza*”.

Para explorar esta brecha nas categorias de Choay será necessário avançarmos novamente à seu texto de 1980. Impossível no escopo deste artigo esmiuçar este trabalho, nos bastando para nossos objetivos, contudo, apontar o amadurecimento das categorias originais da autora fazendo algumas notas. Primeiramente, o abandono do corte histórico representado pela revolução industrial

<sup>3</sup> “La *Bildung* des hommes et de leurs sociétés passe par celle de leur espace”, tradução do autor.

<sup>4</sup> Originalmente redigido como artigo em 1872

como marco, arrefecendo na mesma medida a relação com a dimensão econômica. Submerge também a relação estabelecida com o tempo 'passado' VS 'futuro', que pelo mais das vezes se mostrava bastante frágil quando do confronto com as fontes primárias. Neste trabalho, a noção de modelo derivada de uma visão de utopia que dominava o primeiro texto passa a ser confrontada por outra modalidade discursiva relacionada às regras, os tratados. Salientemos portanto o redimensionamento da questão discursiva, já presente em 1965, para uma posição central neste trabalho, colocando inflexões epistemológicas como critério de recorte ao invés do apoio em outro recorte histórico, aquele da revolução industrial, sobremaneira encarado como critério econômico.

As duas molas mestras deste trabalho de Choay, os tratados e as utopias, conquanto representantes respectivamente das 'regras' e dos 'modelos', tomam conforme o caso positivamente ou pessimisticamente, a noção construtivista como natural. Foge ainda neste quadro categórico outras hipóteses que respondam pelas polaridades às quais convergem por exemplo o 'antiurbanismo', os discursos do elogio de uma natureza prodigiosa que tensiona, certamente, diversos pensadores das Américas. Neste sentido, os estudos de Margareth da Silva Pereira seguem na esteira de Choay, buscando aproximar sua reflexão à situações americanas, brasileiras em particular. Em sua tese de doutoramento *Rio de Janeiro: L'ephemere et la perennite – histoire de la ville au XIXeme siècle* de 1887 a noção de *visões do paraíso* pretende complementar as categorias de Choay estabelecendo uma tríade a partir da qual se pode ponderar inclusive esta tendência não-construtivista, que identificou as Américas com o *Jardim do Éden*, questionando o princípio moderno, renascentista de 'vida de ação' como ideal de vida virtuosa. Ao homem, confrontado pela sua efemeridade, se interpõe o dilema de uma perenidade transcendental e uma vida de contemplação, ou, exatamente por se saber efêmero, o embate constante em busca de uma perenidade, alternadamente positiva, melancólica, contingente. A assombrosa experiência da natureza brasílica e seus povos indígenas ascende à nova escala esta tensão, redimensionando o valor dos mínimos gestos construtivos perante uma natureza toda poderosa.

Ainda assim, pensadores como José Bonifácio escapam a todos estes esquemas. Talvez mais 'modelar', mas por vezes 'tratadístico', convicto tanto dos prodígios da natureza quanto da exigência humana de aperfeiçoar a sua própria

natureza como àquela que o cerca, demanda de nós repensarmos as categorias construídas em nome de uma sistematização e alguma capacidade de generalização como polaridades em relação às quais transitam.



## Da construção de um saber sobre o ‘entre’

Como vimos, quando deslocadas de seus objetos empíricos e lugares de enunciação originais, empregadas sob a égide da autoridade de quem as concebeu e sob a suposição de serem dotadas de valor universal, as categorias se mostram insuficientes na análise seja de novos objetos, seja a partir de novos métodos ou novas abordagens. Contudo, gostaríamos de chamar atenção apenas a uma singela atitude: construtivismo. Poderíamos dizer que reside antes em um problema de recepção/apropriação desatento a própria construção dos conceitos e categorias o seu mau uso. Entender estas categorias a partir de sua contingência, de suas condições de enunciação, se torna uma exigência. A atitude construtivista – evitei o emprego de *noção* para salientar seu aspecto prático – no processo de construção do conhecimento envolve considerar estas categorias para então ajuizá-las: acolhendo, atualizando, canibalizando ou mesmo descartando. De tudo se faz *tabula rasa*, mas não no sentido banal de ‘destruir tudo que aí está’, mas sim no plano do ajuizamento – nada que aí está é tomado por natural, fixo e imutável. Procura-se desestabilizar ao máximo as ‘construções’ existentes e para tanto a figura da *tabula rasa* serve como um ponto zero a partir do qual operar o juízo. A partir da figura de *tabula rasa*, tudo que aí está pode continuar exatamente como está se for julgado que isto é bom, é belo, é justo. Da mesma forma, nada do que aí está precisa continuar como está, outra situação pode ser construída se assim se julgar bom, belo, justo.

Podemos levantar brevemente dois conceitos chave para o construtivismo: as noções de sujeito e as noções de representação. Já mencionamos o *sujeito absoluto* que Fichte desenvolve a partir de Descartes e Kant. Autonomizado, é esta ordem de *sujeito*, em relação contínua e complementar à construção de suas alteridades, que conhece o mundo. Este ‘conhecer o mundo’, que ao mesmo tempo constrói o mundo, implica lhe atribuir valores, *visões de mundo*: representá-lo. Separada em essência e fenômeno em Schopenhauer -“O Mundo como Vontade e Representação” de 1819- ou suprimida de qualquer essência, a vontade é imanente em Chartier - “O Mundo como Representação”, de 1989– impossível lhe dissociar as *representações mentais (ideais)*, a noção de representação surge como prática através da qual se objetivam nossas ‘vontades’ nas mais diversas modalidades discursivas - textuais, iconográficas, sonoras, edificadas, corporais – colocadas assim em campo de conflito/negociação

com outras representações, de outros sujeitos. Assim, as representações despontam como partes de um processo de inter-subjetivação espacial e temporalmente determinada. Quem, de onde, quando, como, por que e para quem é enunciada uma dada representação? Quem, onde, quando, como e por que se fará sua apropriação?

Para nossos estudos, estas determinações centradas nos sujeitos atuam duplamente. Elas são válidas tanto em relação ao objeto de nossos estudos, quanto a nossa própria condição de enunciação e fazem suscitar toda uma série de problemas próprios. Foucault, em “A Arqueologia do Saber”, já nos aponta que “as descrições históricas se ordenam necessariamente pela atualidade do saber, se multiplicam com suas transformações e não deixam, por sua vez, de romper com elas próprias” (FOUCAULT, 1969). Limitemos-nos aqui a tratar de dois fatores relacionados a este conhecimento do conhecimento, esta ‘arqueologia’: por um lado a escrita de uma tradição disciplinar por historiadores *stricto sensu* em oposição aos especialistas da dita disciplina, arquitetos-urbanistas no caso, por outro, a própria atualidade do saber e, sobretudo possibilidades/vontades de ruptura.

Pedimos de antemão desculpas pela grosseira generalização ao tratar das duas disciplinas, visto a heterogeneidade de sua formação e próprias tradições disciplinares, afora as trajetórias individuais dos profissionais. Contudo, cremos que em se tratando de uma história do conhecimento, se coloca um sério problema. Primeiramente, o recorte do corpus documental que sustenta qualquer pesquisa não permite uma história ‘total’ do conhecimento, mas apenas fragmentos. Isto obviamente acomete aos historiadores como a qualquer outro especialista que pretenda escrever uma história de um saber. A implicação, contudo, é que, afora a própria história da escrita da história, os historiadores estão escrevendo sobre um objeto que é estranho ao seu próprio campo. A incrível penetração do pensamento histórico em todas as esferas do conhecimento a partir da era contemporânea, que estendeu enormemente os domínios da história, coloca-se também como um desafio à formação deste investigador.

Do ponto de vista da institucionalização da formação, aos historiadores é franqueada toda a base para uma escrita da história, ao contrário da maioria dos arquitetos-urbanistas. Contudo, como opera um historiador na construção de uma tradição disciplinar quando manejando fontes anteriores a própria institucionalização da disciplina? Sobretudo no caso brasileiro, onde grassavam livremente uma visão

colonizada da escrita de nossa própria história, afora as inúmeras rupturas político administrativas e seus reflexos negativos na institucionalização do campo do urbanismo e aprofundamento de seus estudos. A maioria dos textos organizadores de uma tradição anterior a institucionalização são estrangeiros e estranhos às possíveis contribuições brasileiras. A partir de quais referenciais, internos ao campo do urbanismo no Brasil, se faz possível ao historiador de formação balizar sua pesquisa?

De outro lado, a própria profissionalização da formação do arquiteto-urbanista como ciência social aplicada implica dois movimentos complementares. Um em direção a um hábito pouco reflexivo, com a conseqüente naturalização das práticas profissionais. O segundo na operatividade referencial, icônica, com a qual é enxergado o conhecimento histórico, leva a maioria dos profissionais a pouco recuar além dos limites históricos da disciplina, quanto menos a se colocar a própria questão do que constituiria uma tradição pregressa

Finalmente, quanto à atualidade e rupturas com relação ao saber, o problema enfrentado pelo historiador de formação costuma ser mais grave. Via de regra, estes pesquisadores se entendem como alguém externo ao campo específico do urbanismo. Esperam que os próprios arquitetos urbanistas lhes digam o que entender por urbanismo para que seja possível apontar para uma direção condizente a pesquisa. Raros são os casos onde há grande aprofundamento nos debates internos de (re)definição do campo, sendo em geral adotada uma definição já sedimentada, canônica, quando não uma definição vulgar ou mesmo o senso comum. Em relação ao conceito adotado, o pesquisador externo ao campo se entende como neutro, não lhe cabe julgá-lo. Conseqüentemente, isto acarreta no melhor dos casos em um alto nível de reprodução da definição adotada, conforme as fontes convergem e confirmam a definição. No pior dos casos, leva a uma cegueira, as fontes não lhe dizem nada, visto que estão em desacordo com a definição adotada. É grave, visto que a historiografia atual visa uma conscientização dos próprios processos de formação, em suas continuidades, mas sobretudo em suas rupturas.

Isto coloca obviamente em destaque a necessidade de uma elaboração interna, seja de historiadores ou arquitetos-urbanistas, engajados com a contínua (re)definição do campo do urbanismo. O exercício da pesquisa histórica, sobretudo

nos períodos anteriores a institucionalização da disciplina<sup>5</sup>, estabelece assim um processo dialógico de definição, tanto no passado quanto no presente do próprio termo do urbanismo.

---

<sup>5</sup> Mesmo nos períodos institucionalizados da disciplina, é possível reconhecer indivíduos e mesmo grupos e instituições que operaram no campo do urbanismo e que, por conflitos diversos - silenciamento, excentricidade, oposição – não se reconheceram a si próprios como pertencentes ao campo do urbanismo.

## Urbanismo como ‘entre’

Mencionamos anteriormente a dupla atenção sobre as condições de enunciação do pesquisador e dos objetos da pesquisa. Nossa abordagem é como desenvolvemos ao longo deste texto, construtivista e engajada no interior do campo do urbanismo. Em se tratando da figura de José Bonifácio, também já o mencionamos, se trata de uma convergência, visto que este é também de uma visada construtivista. A ação de José Bonifácio se move no campo da transformação das mais diversas dimensões da vida humana. A pulsão que o propela à ação, esbarra nas reflexões de um saber prático, moralizante, mas vão além e suscita uma (re)definição/(re)afirmação de uma visão de urbanismo.

O próprio estabelecimento deste nosso campo supera de antemão uma série de dicotomias: teórico VS prático, autônomo VS heterônomo, arte VS ciência, o urbanismo nasce como uma nova sorte de saber cuja força esteve em sua capacidade contínua de captura, elaboração e reflexividade de saberes que se sensibilizaram com seu corpus de questões. Mas como nos interessa hoje definir o urbanismo? Penso que é válido recuperar a idéia de Argan na qual:

“Faz urbanismo o escultor, faz urbanismo o pintor, faz urbanismo até mesmo quem compõe uma página tipográfica; *faz urbanismo quem quer que realize alguma coisa que, colocando-se como valor, entre, ainda nas escalas dimensionais mínimas, no sistema de valores*” (ARGAN, 1983, grifo nosso)

Já falamos, no contexto do construtivismo, do juízo que anda de mão dada com a ação. Talvez, pelo exemplo de José Bonifácio seja conveniente pensarmos estes valores de forma articulada. Tudo indica que, na virada do sec XVIII para o XIX, se desenhava tal articulação entre diversos pensadores, movidos pelos desenvolvimentos da filosofia kantiana e pelas revoluções dos dois lados do atlântico. Superada a dicotomia entre razão pura e razão prática, metafísica e ética, estabelecida a dimensão racional e sensível dos sujeitos, se dava em aberto, contudo, o juízo estético, relegado a pura subjetividade. A construção das novas sociedades que se revolucionavam ou reformavam, explicitava a necessidade da solda da tríade ‘bom, justo, belo’. Para além do possível e do devido, surge “a felicidade dos homens” como um ‘querer ser’- não basta a virtude moral, é preciso mover-se em direção a *Bildung* de si e do mundo como imperativo categórico. É Schiller quem articula a ética a uma

estética como “transgressão estética do dever”<sup>6</sup>(SCHILLER, 1795), este homem em sentido pleno, homem lúdico, se coloca em estado de jogo com o mundo que o cerca, ‘libertando’ suas potencialidades, o enobrecendo. É a partir da concepção de Schiller de estética como projeto aberto, construtivo, transgressivo, para além de uma ética, sujeito as possibilidades que ousamos formular, sumariamente as questões de um urbanismo que desconhece fronteiras: Como podemos viver? Como devemos viver? Como queremos viver?

“O gênio em geral é poético. Onde o gênio atuou – atuou poeticamente. O homem genuinamente moral é poeta” (NOVALIS, 1797-8).

---

<sup>6</sup> “Embora não haja transgressão moral do dever, há uma transgressão estética do mesmo, e um tal comportamento é dito nobre”

## Bibliografia

- AGAMBEN, Giorgio. *Aby Warburg e a ciência sem nome* em *Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, ano XVII, número 19*. Rio de Janeiro: EBA-UFRJ, 2009.
- ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Algés: Difel, 1991.
- \_\_\_\_\_. *O Mundo como Representação* em *Estudos Avançados* vol 5, nr11. São Paulo: USP, abril de 1991.
- CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- \_\_\_\_\_. *La Règle et Le Modèle, sur la théorie de l'architecture et de l'urbanisme*. Paris: Seuil, 1996.
- FICHTE, Johann Gottlieb. *Grundlage der gesamten Wissenschaftslehre*. Hamburg: Meiner, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GOMBRICH, Ersnt Hans Josef. *Aby Warburg, an intellectual biography*. Londres: University of London, 1970.
- NOVALIS. *Pólen, Fragmentos-Diálogos-Monólogo*. São Paulo, Iluminuras, 1988.
- PEREIRA, Margareth Aparecida da Silva. *Rio de Janeiro: L'ephemere et la perennite – histoire de la ville au XIXeme siècle*. Paris, 1988. Tese (Doutoramento Ciências Sociais) - Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales.
- SCHILLER, Friedrich. *A Educação Estética do Homem, numa série de cartas*. São Paulo: Iluminuras, 2002.